



Magda Maria de Oliveira Ricci. **Assombrações de um padre regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843)**. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2002.

por Miriam Dolhnikoff

Diogo Antônio Feijó foi figura central nos acontecimentos políticos brasileiros da primeira metade do século 19. Não apenas pelos cargos que ocupou – deputado, senador, ministro, regente –, mas principalmente porque integrava o grupo que arquitetou o modelo institucional do novo país, fundamentado em uma concepção que reservava para a elite branca o papel de ordenadora da nação. Não é de espantar que tenha sido objeto de várias biografias. O que causa estranheza é que todas tenham sido feitas num passado relativamente distante. A lacuna de uma abordagem mais moderna de sua trajetória foi preenchida por “Assombrações de um Padre Regente”, com a vantagem de que não se trata apenas de uma outra descrição da vida do famoso regente. Na primeira parte do livro, são analisados os diversos perfis produzidos pelos biógrafos; em seguida, é apresentada uma nova versão, também fruto de seu tempo, que assume a impossibilidade de elaborar um retrato fiel de sua personagem. Sem pretender que sua visão seja definitiva, ao se deter na análise do trabalho que a antecederam, a autora oferece um exercício instigante sobre Feijó, sobre o Brasil do século 19 e sobre os limites da narrativa biográfica.

Com o intuito de problematizar esse tipo de narrativa, ela se detém nas biografias escritas por Eugênio Egas, Alfredo Ellis Jr., Otávio Tarquínio de Souza e outros. Os dois primeiros são exemplos da historiografia paulista que frutificou nas décadas iniciais do século 20, sob a égide do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. A hegemonia cafeicultora durante a república oligárquica refletiu-se em estudos que procuravam enaltecer a “raça de gigantes”, para usar uma expressão de Ellis Jr. Nessa perspectiva, Feijó aparece como paradigma de uma linhagem de heróis.

A biografia escrita por Otávio Tarquínio de Souza, inscreve-se numa nova fase, quando o interesse pela vida de Feijó transita das páginas da historiografia paulista para alcançar estatura nacional: “Se Feijó de Ellis Jr. Era um bandeirante, o de Otávio Tarquínio de Souza era um estadista e um atormentado político imperial”. Mais do que atributos pessoais, o meio social como determinante de ação do homem torna-se o fulcro desse tipo de abordagem.

Como historiadora do seu tempo, Magda Ricci também faz escolhas. A opção do livro, na segunda parte, é examinar o padre mais que o regente, diferenciando-se dessa maneira dos trabalhos anteriores. É de um padre político, como muitos outros de sua época, que se fala. Sua visão do mundo foi condicionada por sua formação sacerdotal e pelas experiências vividas como clérigo e fazendeiro.

O livro retoma dessa forma um ângulo fundamental e, ao fazê-lo, nos apresenta não apenas os significados de ser padre no Império, mas também descortina a realidade social de importantes cidades de São Paulo nas primeiras décadas do século 19, acompanhando seu itinerário por Itu, Campinas e a capital da província. As práticas cotidianas em relação à morte, às doenças, à solução de conflitos, à moral são cuidadosamente recuperadas por meio de numerosas personagens que conviviam com o padre Diogo.

Ganham vida indivíduos normalmente relegados ao anonimato, mas que nem por isso deixam de ser expressivos do tipo de sociabilidade predominante. O biografado torna-se o instrumento pelo qual se podem compreender as nuances da sociedade ituana e do próprio império. O centro desta segunda parte está nos debates morais e teológicos de um sacerdote de Itu, de

modo a oferecer “um estudo sobre o moderno nascimento da sociedade ‘civil’ no Brasil”, no interior da qual os membros do clero tinham um amplo poder de interferência como proprietários e políticos.

Feijó pertencia ao grupo denominado “Padres do Patrocínio”, que exercia grande influência sobre a vida cotidiana dos fiéis. Conhecidos também como “padres moralistas”, funcionavam como juizes em contendas que animavam a vila e envolviam não apenas os fiéis, mas também o próprio clero. Os patrocínistas eram portadores de uma leitura peculiar do catolicismo, não necessariamente compartilhada pelos demais sacerdotes. As disputas no interior da Igreja são recuperadas, tanto em seu teor doutrinário quanto em seu caráter pragmático, nas quais estava em jogo a porção de poder que os eclesiásticos desfrutavam no Brasil do século 19. Como os patrocínistas Feijó adquiriu uma postura evangelizadora e moralizante, que estaria presente nas posições que assumiu e nas idéias que defendeu.

Esses padres não separavam a religião da política, até porque no Império política e religião estavam associadas em diversos níveis. Herança lusitana, o padroado integrava Estado e igreja em um só corpo. Este aspecto não foi negligenciado pela autora, que se debruça sobre a inserção de Feijó na política institucional, a partir de 1820, quando se elege deputado para as Cortes de Lisboa. Se a evangelização patrocínista politizava seu modo de agir como padre, sua perspectiva ganha novo conteúdo quando amplia o espaço de sua atuação.

Assim, analisar sua vida após 1820 “é relacionar seu passado patrocínista com as novas situações, amizades e conflitos que foram surgindo, é estudar os variados significados que ele atribui a sua vida pública”. Seu percurso na carreira política é associado à experiência vivida concomitantemente como padre. O político Feijó não era então apenas o homem que periodicamente retornava a São Paulo para assumir seu papel na “sociedade civil” de Itu.

É necessário, contudo, fazer um reparo. A ampliação do espaço no qual se inseria Feijó incluiu também seu compromisso com o projeto político dos liberais paulistas. Muitas de suas idéias estavam em consonância com o que propunham aliados como Vergueiro e Paula Souza e que se concretizariam na defesa de reformas institucionais, implementadas a partir da década de 1830. Assim, seus textos nem sempre refletem sua trajetória pessoal, mas muitas vezes expressam o projeto do grupo político a que pertencia. Seu comprometimento com as demandas e anseios da elite paulista poderia ter sido considerado, de modo a enriquecer a análise da complexa teia de influências que formaram este padre político e determinaram seu discurso e sua ação. Em que pese esta ausência, essa reflexão sobre o padre Diogo é extremamente feliz ao oferecer uma nova interpretação sobre a personagem histórica e sobre a experiência social que indivíduos como ele viveram no Brasil do século 19.

Miriam Dolhnikoff é doutora em história e pesquisadora do
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento(Cebrap)

* Publicado na Folha de São Paulo, 14 de setembro de 2002.